

A SEMANA EM BRASÍLIA

Destacamos abaixo as movimentações do Legislativo e do Executivo que podem impactar o setor privado.

LEGISLATIVO

2 | **Câmara dos Deputados**

2 | Plenário

2 | Comissões

3 | **Senado Federal**

3 | Plenário

3 | **Novos Projetos de Lei**

16 | Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (“ANP”)

17 | Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”)

17 | Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”)

19 | Ministério das Comunicações (“MCom”)

19 | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”)

20 | **Prazos das principais discussões**

EXECUTIVO

14 | Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”)

14 | Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”)



LEGISLATIVO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário

O Plenário da Câmara dos Deputados pautou para esta semana, entre outras, a seguinte proposição legislativa:

Selo de Qualidade. Empresas. O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá o Projeto de Lei n.º 3.792/2019, que dispõe sobre a criação de selo de qualidade para empresa cujos administradores não sejam agressores de violência doméstica e familiar.



Comissões

Barragem de Fundão: Repactuação de Acordo

A Comissão Externa destinada a fiscalizar os rompimentos de barragens, em especial acompanhar a repactuação do acordo de Mariana e a reparação do crime de Brumadinho, realiza audiência pública, em 07 de março, às 14 horas, para debater o estado atual da repactuação do acordo referente ao rompimento da Barragem de Fundão.



Apresentação das PECs da Reforma Tributária

O Grupo de Trabalho destinado a analisar e debater a alteração do Sistema Tributário Nacional (GTSTN) realiza reunião extraordinária, em 08 de março, às 14h30, para apresentar as Propostas de Emenda à Constituição que tratam da Reforma Tributária (PEC n.º 45 e n.º 110, de 2019).



SENADO FEDERAL

Plenário

O Plenário do Senado Federal pautou para esta semana, entre outras, as seguintes proposições legislativas:

Intercâmbio Tributário. Brasil – Guernsey. O Plenário do Senado Federal discutirá o Projeto de Decreto Legislativo n.º 1.102/2021, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e os Estados de Guernsey para o Intercâmbio de Informações Relativas a Matérias Tributárias, celebrado em Londres, em 6 de fevereiro de 2013.







Cooperação Técnica. Brasil – Iêmen. O Plenário do Senado Federal discutirá o Projeto de Decreto Legislativo n.º 1.104/2021, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre os governos da República Federativa do Brasil e da República do Iêmen, celebrado em Brasília, em 6 de agosto de 2014.



Novos Projetos de Lei

Abaixo destacamos as novas propostas legislativas protocoladas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que interessam ao ambiente empresarial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Concessionárias. Rede Aérea	O Projeto de Lei n.º 288/2023 dispõe sobre a obrigatoriedade de remoção de cabos e fiação aérea excedentes e sem uso, instalados por concessionárias que utilizam a rede aérea.  Saiba mais
Taxa de Juros. Concessão de Crédito	O Projeto de Lei n.º 574/2023 dispõe sobre os limites de taxas de juros aplicados sobre financiamentos concedidos, a qualquer título, por administradoras de cartões de crédito a pessoas naturais e microempreendedores individuais (MEI).  Saiba mais

Energia Elétrica. Transparência	<p>O Projeto de Lei n.º 185/2023 obriga concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica a disponibilizarem valores arrecadados e repassados a prefeituras referentes à contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.</p> <p> Saiba mais</p>
Sucessão. Inventário e Partilha	<p>O Projeto de Lei n.º 196/2023 altera os códigos Civil (Lei n.º 10.406/2002) e de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015) para permitir inventário e partilha extrajudiciais mesmo havendo testamento ou herdeiro incapaz.</p> <p> Saiba mais</p>
Inadimplência. Financiamento e Exportação	<p>O Projeto de Lei n.º 297/2023 dispõe sobre a proibição de segurar exportações e financiar devedores soberanos inadimplentes ou em perspectiva de inadimplência.</p> <p> Saiba mais</p>
CLT. Dispensa Coletiva	<p>O Projeto de Lei n.º 230/2023 altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei n.º 5.452/1943) para dispor sobre a intervenção sindical nas dispensas coletivas.</p> <p> Saiba mais</p>
Energia Renovável	<p>O Projeto de Lei n.º 324/2023 dispõe sobre mecanismo de incentivo a fontes renováveis.</p> <p> Saiba mais</p>
Reparação Civil. Perda de Chance	<p>O Projeto de Lei n.º 320/2023 altera o Código Civil (Lei n.º 10.406/2002) para dispor sobre a reparação civil pela perda de chance.</p> <p> Saiba mais</p>
Corrupção Privada. CP	<p>O Projeto de Lei n.º 576/2023 altera o Código Penal (Decreto-Lei n.º 2.848/1940) para criar o tipo penal de corrupção privada.</p> <p> Saiba mais</p>
Tributário. Coisa Julgada	<p>O Projeto de Lei n.º 580/2023 submete a desconstituição da coisa julgada tributária, contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral, à ação rescisória.</p> <p> Saiba mais</p>
Tributário. Subsidiariedade de Terceiros	<p>O Projeto de Lei Complementar n.º 25/2023 altera o Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172/1966) para instituir a subsidiariedade de terceiros para cumprimento da obrigação principal.</p> <p> Saiba mais</p>
Sucessões. Família Multiespécie	<p>O Projeto de Lei n.º 179/2023 reconhece a família multiespécie como entidade familiar.</p> <p> Saiba mais</p>
SELIC. Transparência	<p>O Projeto de Lei Complementar n.º 30/2023 altera a Lei de definição de objetivos, autonomia, nomeações e exonerações no Banco Central (Lei Complementar n.º 179/2021) para dar mais transparência à administração pública no tocante à fixação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).</p> <p> Saiba mais</p>





Conciliação Ambiental	<p>O Projeto de Decreto Legislativo n.º 45/2023 susta a aplicação do Decreto de infrações e sanções administrativas ao meio ambiente (Decreto n.º 11.373/2023) no que diz respeito à audiência de conciliação ambiental.</p> <p> Saiba mais</p>
Competitividade. Exportações	<p>O Projeto de Lei Complementar n.º 27/2023 cria o Regime Especial de Competitividade das Empresas domésticas e traz diretrizes alocativas para os fundos de Garantia às Exportações e Garantia de Operações.</p> <p> Saiba mais</p>
Energia e Água. Medidores	<p>O Projeto de Lei n.º 373/2023 proíbe que concessionárias e permissionárias do serviço de fornecimento de energia elétrica e água realizem a instalação de medidores dos Sistemas de Medição Centralizada (SMC) ou Sistema Remoto Similar, ou ainda, que transfram e instalem medidores de energia elétrica para postes localizados nas vias públicas.</p> <p> Saiba mais</p>
Consumidor. Direito ao Tempo	<p>O Projeto de Lei n.º 582/2023 altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990) para reconhecer o tempo como direito existencial do consumidor e dispor sobre o dever de reparação civil integral do dano provocado por fornecedor.</p> <p> Saiba mais</p>
CARF. 2ª Instância	<p>O Projeto de Lei n.º 279/2023 dispõe sobre o julgamento em segunda instância do processo administrativo fiscal pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).</p> <p> Saiba mais</p>
Óleo e Gás. Compensação	<p>O Projeto de Lei Complementar n.º 18/2023 cria o Fundo de Compensação dos Combustíveis e dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo (GLP).</p> <p> Saiba mais</p>
Eficiência Energética. Informática	<p>O Projeto de Lei n.º 101/2023 modifica a Lei de Informática (Lei n.º 8.248/1991) estabelecendo prazo para que bens de informática comercializados no Brasil atendam a requisitos ambientais e de eficiência energética.</p> <p> Saiba mais</p>
Energia Solar. Municípios	<p>O Projeto de Lei n.º 103/2023 institui o Plano Nacional de Geração de Energia Solar Fotovoltaica, destinado a promover a instalação de usinas de geração nos municípios.</p> <p> Saiba mais</p>
Biocombustíveis. Transporte Coletivo	<p>O Projeto de Lei n.º 105/2023 dispõe sobre renovação e adaptação da frota do serviço público de transporte coletivo rodoviário de passageiros para a utilização de biocombustíveis.</p> <p> Saiba mais</p>
Carros Elétricos. IPI	<p>O Projeto de Lei n.º 137/2023 dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os automóveis de passageiros de fabricação nacional dos tipos: veículo híbrido elétrico (HEV), veículo híbrido elétrico plug-in (PHEV), veículo elétrico a bateria (BEV) ou veículo elétrico a célula de combustível (FCEV).</p> <p> Saiba mais</p>

Ambiental. Crédito de Carbono	<p>O Projeto de Lei n.º 155/2023 dispõe sobre a compensação ambiental da geração de energia elétrica e a certificação de créditos de carbono para empreendimentos de geração por fontes alternativas.</p> <p> Saiba mais</p>
Planos de Saúde. Reajuste	<p>O Projeto de Lei n.º 164/2023 altera a Lei dos Planos de Saúde (Lei n.º 9.656/1998) para estabelecer regras de reajustes dos planos privados de assistência à saúde.</p> <p> Saiba mais</p>
Societário. Equidade de Gênero	<p>O Projeto de Lei n.º 167/2023 altera a Lei da Estatais (Lei n.º 13.303/2016) para assegurar a paridade de gêneros na estrutura societária de empresas públicas, sociedades de economia mista e respectivas filiais.</p> <p> Saiba mais</p>
Esports	<p>O Projeto de Lei n.º 205/2023 dispõe sobre prática esportiva eletrônica, denominada “esports” ou “esportes eletrônicos”.</p> <p> Saiba mais</p>
Terras Indígenas. Pesquisa e Lavra	<p>O Projeto de Lei n.º 278/2023 regulamenta a Constituição Federal para (i) vedar e suspender a realização de pesquisa e lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e (ii) o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas.</p> <p> Saiba mais</p>
Tributário. Condenação Ambiental	<p>O Projeto de Lei n.º 283/2023 dispõe sobre a vedação de benefício tributário ou incentivos fiscais a pessoas jurídicas condenadas por crimes ambientais.</p> <p> Saiba mais</p>
Partilha de Bens. Divórcio	<p>O Projeto de Lei n.º 35/2023 altera o Código Civil (Lei n.º 10.406/2002) para permitir novo ajuste consensual sobre destino de bens de acordo celebrado por partes maiores e capazes, versando sobre a partilha de bens imóveis privados e disponíveis, homologado judicialmente por ocasião de divórcio consensual.</p> <p> Saiba mais</p>
Consumidor. Telemarketing	<p>O Projeto de Lei n.º 459/2023 altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990) para vedar o telemarketing.</p> <p> Saiba mais</p>
Cannabis no SUS	<p>O Projeto de Lei n.º 481/2023 institui a Política Nacional de Fornecimento Gratuito de Medicamentos Formulados de Derivado Vegetal à Base de Canabidiol, em associação a outras substâncias canabinoides, incluindo o tetrahidrocanabinol, nas unidades de saúde públicas e privadas conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS).</p> <p> Saiba mais</p>
Tributário. Coisa Julgada	<p>O Projeto de Lei n.º 512/2023 institui o Programa Especial de Regularização Tributária do Fim da Coisa Julgada junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.</p> <p> Saiba mais</p>

Alíquota Zero. Orgânicos	<p>O Projeto de Lei n.º 679/2023 reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de alimentos orgânicos e sobre os insumos agrícolas e demais produtos utilizados na respectiva produção.</p> <p> Saiba mais</p>
Infraestrutura Verde	<p>O Projeto de Lei n.º 71/2023 Institui a Política Nacional de Infraestrutura Verde.</p> <p> Saiba mais</p>
Energia. Micro e Minigeração	<p>O Projeto de Lei n.º 72/2023 dispõe acerca da valoração da energia elétrica ativa injetada na rede de distribuição por microgeração ou minigeração distribuída.</p> <p> Saiba mais</p>
Lei Antiganância. Juros	<p>O Projeto de Lei n.º 398/2023 institui a Lei Antiganância no Brasil, que veda a cobrança de juros superior a 100% do valor do bem ou serviço financiado mediante cartão de crédito ou cheque especial.</p> <p> Saiba mais</p>
Alienação Fiduciária. Mora	<p>O Projeto de Lei n.º 856/2023 altera a Lei da Alienação Fiduciária (Decreto-Lei n.º 911/1969) para definir o rito necessário para à comprovação da mora nos contratos garantidos por alienação fiduciária.</p> <p> Saiba mais</p>
Ambiental. Proventos	<p>O Projeto de Lei n.º 740/2023 suspende o pagamento de proventos a acionistas de Sociedades por Ações quando envolvidas em desastres ambientais.</p> <p> Saiba mais</p>
Carro Elétrico. Estacionamentos	<p>O Projeto de Lei n.º 710/2023 estabelece a obrigatoriedade de pontos de recarga para veículos elétricos e híbridos, em estacionamentos privados de uso coletivo e vias públicas.</p> <p> Saiba mais</p>
CFEM. Alíquota	<p>O Projeto de Lei n.º 838/2023 altera a Lei dos Percentuais da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM (Lei n.º 8.001/1990) para elevar alíquotas da CFEM.</p> <p> Saiba mais</p>
Combustíveis. Alíquotas	<p>A Medida Provisória n.º 1.163/2023 reduz alíquotas de contribuições incidentes sobre operações realizadas com gasolina, álcool, gás natural veicular e querosene de aviação.</p> <p> Saiba mais</p>
Corrupção e Ativos	<p>O Projeto de Lei n.º 802/2023 institui o Fundo Nacional de Recuperação de Ativos e Combate à Corrupção (FNRACC) e disciplina a destinação de recursos arrecadados.</p> <p> Saiba mais</p>
Crédito Rural	<p>O Projeto de Lei n.º 800/2023 institui linha de crédito rural para investimento em sistemas de irrigação e construção e modernização de armazéns.</p> <p> Saiba mais</p>

Dívida Agrária. ITR	<p>O Projeto de Lei n.º 783/2023 altera a Lei do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR (Lei n.º 9.393/1996) para dispor sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária.</p> <p> Saiba mais</p>
Extração. Terra Indígena	<p>O Projeto de Lei n.º 848/2023 altera o Estatuto do Índio (Lei n.º 6.001/1973) para tornar expressa a possibilidade de extração de areia e pedra em terra indígena quando utilizada, sem fins comerciais, para realização de obras que atendam a própria comunidade.</p> <p> Saiba mais</p>
ICMS. Crédito Acumulado	<p>O Projeto de Lei Complementar n.º 36/2023 altera a Lei Kandir (Lei Complementar n.º 87/1996) para garantir a utilização de créditos acumulados de ICMS.</p> <p> Saiba mais</p>
Infração Ambiental. Apreensão	<p>O Projeto de Lei n.º 809/2023 altera a Lei de Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/1998) para dispor sobre a apreensão de instrumentos utilizados em infração ambiental.</p> <p> Saiba mais</p>
Inquérito. Autoridade Judiciária	<p>O Projeto de Lei n.º 842/2023 altera o Código de Processo Penal (Decreto-Lei n.º 3.689/1941) para proibir que o inquérito seja presidido por autoridade judiciária.</p> <p> Saiba mais</p>
Livre Concorrência. Publicidade	<p>O Projeto de Lei n.º 873/2023 altera a Lei de Licitações de Publicidade (Lei n.º 12.232/2010) e o Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172/1966) para conferir maior efetividade aos princípios de livre concorrência, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na contratação pela administração pública de serviços de publicidade.</p> <p> Saiba mais</p>
Moratória. Pequenos Devedores	<p>O Projeto de Lei n.º 855/2023 institui moratória para débitos de pessoas físicas com União, Estados, Municípios e Pessoas Jurídicas no limite de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser intitulada de “Moratória dos Pequenos Devedores”.</p> <p> Saiba mais</p>
Obrigações Trabalhistas. Solidariedade	<p>O Projeto de Lei n.º 776/2023 altera a Lei do Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas (Lei n.º 6.019/1974) para estabelecer constar a empresa contratante como solidariamente responsável pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes a período da prestação de serviços.</p> <p> Saiba mais</p>
Rural. Ocupação e Invasão	<p>O Projeto de Lei n.º 895/2023 dispõe sobre sanções administrativas e restrições aplicadas a ocupantes e invasores de propriedades rurais e urbanas em todo o território nacional.</p> <p> Saiba mais</p>
Ouro. Documento Fiscal	<p>O Projeto de Lei n.º 833/2023 altera a Lei Kandir (Lei Complementar n.º 87/1996) para dispor sobre documento fiscal em operações com ouro, quando não definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.</p> <p> Saiba mais</p>

Plano de Saúde. Home Care	<p>O Projeto de Lei n.º 706/2023 dispõe sobre a cobertura dos planos de saúde no tratamento domiciliar (<i>home care</i>).</p> <p> Saiba mais</p>
Princípios Tributários	<p>O Projeto de Decreto Legislativo n.º 51/2023 susta artigo parte de recente decreto guilhotina (Decreto n.º 11.374/2023), relativo ao descumprimento dos princípios tributários constitucionais da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal.</p> <p> Saiba mais</p>
Recupera Brasil	<p>O Projeto de Lei n.º 795/2023 (i) dispõe sobre dívidas contraídas por pessoa física em empréstimos pessoais sem garantia, cartão de crédito e cheque especial; e (ii) cria o Programa Recupera Brasil, para prevenir o superendividamento.</p> <p> Saiba mais</p>
Segurança Jurídica. Constitucionalidade	<p>O Projeto de Lei n.º 731/2023 dispõe sobre a garantia da (i) segurança jurídica de decisões em controle abstrato de constitucionalidade e (ii) sistemática da repercussão geral que impactam a coisa julgada</p> <p> Saiba mais</p>
Selo Biocombustível Social	<p>O Projeto de Lei n.º 893/2013 institui o Selo Biocombustível Social.</p> <p> Saiba mais</p>
Telecom. Conversão de Multas	<p>O Projeto de Lei n.º 799/2023 altera a Lei da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (Lei n.º 9.472/1997) para dispor sobre a possibilidade de conversão de multa aplicada a empresas de telecomunicações em investimento em infraestrutura.</p> <p> Saiba mais</p>
Telecom. Transmissão Obrigatória	<p>O Projeto de Lei n.º 857/2023 altera o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Lei n.º 12.340/2010) disciplinando a transmissão obrigatória de mensagens de alerta pelas prestadoras de serviços de telecomunicações e radiodifusão sonora em risco de desastre ou situação de emergência.</p> <p> Saiba mais</p>
Terras Indígenas. Uso Sustentável	<p>O Projeto de Lei n.º 824/2023 dispõe sobre o uso econômico sustentável em terras indígenas.</p> <p> Saiba mais</p>
Trabalho Escravo. Empréstimos	<p>O Projeto de Lei n.º 778/2023 dispõe sobre a proibição de concessão de empréstimos ou financiamentos com recursos públicos ou subsidiados a empregadores autuados pela prática de submissão de trabalhadores a condições análogas à de escravo.</p> <p> Saiba mais</p>
Trabalho Escravo. Hediondo	<p>O Projeto de Lei n.º 734/2023 altera a Lei dos Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/1990) para incluir a prática de reduzir alguém à condição de trabalho análogo à de escravo como crime hediondo.</p> <p> Saiba mais</p>

Trabalho Escravo. Terceirização	<p>O Projeto de Lei n.º 861/2023 altera a Lei do Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas (Lei n.º 6.019/1974) para determinar que, em caso de terceirização, a contratante seja responsável por impedir que trabalhadores sejam submetidos a condições análogas à de escravo.</p> <p> Saiba mais</p>
Trabalho Intermitente. Entregador	<p>O Projeto de Lei n.º 773/2023 dispõe sobre o enquadramento dos serviços de entregador e motorista de aplicativo como Contrato de Trabalho Intermitente.</p> <p> Saiba mais</p>
Trânsito em Julgado. Revisão	<p>O Projeto de Lei n.º 878/2023 altera o Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015) para impedir que a revisão sobre decisão transitada em julgado possa retroagir.</p> <p> Saiba mais</p>
União Estável	<p>O Projeto de Lei n.º 728/2023 altera o Código Civil (Lei n.º 10.406/2002) para incluir dispositivo que regula a união estável.</p> <p> Saiba mais</p>

SENADO FEDERAL

BRICS. Frente Parlamentar	<p>O Projeto de Resolução do Senado n.º 11/2023 cria a Frente Parlamentar de Relacionamento com os BRICS.</p> <p> Saiba mais</p>
ANATEL. CCT	<p>O Projeto de Resolução do Senado Federal n.º 7/2023 altera o Regimento Interno do Senado Federal para incluir, entre as competências da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), os assuntos relacionados à agência reguladora do setor de telecomunicações (ANATEL).</p> <p> Saiba mais</p>
Mudanças Climáticas. Monitoramento	<p>O Projeto de Resolução do Senado Federal n.º 4/2023 cria a Instituição Independente de Monitoramento das Políticas Relativas às Mudanças Climáticas.</p> <p> Saiba mais</p>
Fertilizantes. PROFERT	<p>O Projeto de Lei n.º 699/2023 institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (PROFERT).</p> <p> Saiba mais</p>
Instituições Financeiras. Direção	<p>O Projeto de Lei n.º 661/2023 dispõe sobre a indicação de brasileiros a diretoria e presidência em instituições financeiras ou de desenvolvimento, bilaterais ou multilaterais, das quais o Brasil seja membro fundador ou possua capital subscrito.</p> <p> Saiba mais</p>
Aumento Abusivo de Preços. Calamidade	<p>O Projeto de Lei n.º 618/2023 altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990) e a Lei de crimes a ordem tributária, econômica e relações de consumo (Lei n.º 8.137/1990) para dispor sobre o aumento abusivo de preços de produtos e serviços por ocasião de calamidades públicas.</p> <p> Saiba mais</p>

Jogos e Apostas. Fiscalização	<p>O Projeto de Lei n.º 600/2023 altera a Lei de Apostas Esportivas (Lei n.º 13.756/2018) para (i) vedar a oferta de jogos não expressamente autorizados; (ii) excluir do mercado empresas que aliciam atletas, árbitros e treinadores para cometimento de fraudes; (iii) direcionar recursos para mitigar danos sociais; (iv) aprimorar fiscalização e controle dessa atividade; e (v) estabelecer limites a publicidade, propaganda e patrocínio.</p> <p> Saiba mais</p>
Personalidade Digital. Pessoa Natural	<p>O Projeto de Lei n.º 592/2023 altera legislação de interesse para proteger a personalidade digital das pessoas naturais e a liberdade de expressão na internet.</p> <p> Saiba mais</p>
Coisa Julgada. CPC	<p>O Projeto de Lei n.º 589/2023 altera o Código de Processo Civil – CPC (Lei n.º 13.105/2015) para reafirmar a autoridade da coisa julgada, estabelecendo que decisão judicial alcançada pelos efeitos da coisa julgada material não pode ser alterada ou relativizada por nenhum juízo ou tribunal, exceto por ação rescisória específica.</p> <p> Saiba mais</p>
Coisa Julgada. Controle de Constitucionalidade	<p>O Projeto de Lei n.º 588/2023 altera a Lei das ADIs (Lei n.º 9.868/1999) e o Código de Processo Civil – CPC (Lei n.º 13.105/2015) para dispor sobre os efeitos de decisões de controle de constitucionalidade sobre coisa julgada preexistente.</p> <p> Saiba mais</p>
Esbulho Possessório. Qualificadora	<p>O Projeto de Lei n.º 552/2023 altera o Código Penal (Decreto-Lei n.º 2.848/1940) para criar o crime de esbulho possessório qualificado.</p> <p> Saiba mais</p>
Improbidade Administrativa. Ampliação	<p>O Projeto de Lei n.º 511/2023 altera a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992) para ampliar o rol dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública.</p> <p> Saiba mais</p>
Resíduos Sólidos. Recuperação Energética	<p>O Projeto de Lei n.º 502/2023 altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010) para estimular destinação e disposição ambientalmente adequada de resíduos sólidos e rejeitos como forma de recuperação energética.</p> <p> Saiba mais</p>
Crimes Ambientais. Sentença	<p>O Projeto de Lei n.º 496/2023 altera a Lei de Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/1998) para dispor, na sentença penal condenatória, sobre a reparação integral, material e moral nos casos de crimes ambientais.</p> <p> Saiba mais</p>
Crimes Ambientais. Isenção de Pena	<p>O Projeto de Lei n.º 486/2023 altera a Lei de Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/1998) para prever isenção de pena a agente com baixo grau de instrução e que tenha cometido o crime por subordinação a ordem superior.</p> <p> Saiba mais</p>
América do Sul. Incentivos Fiscais	<p>O Projeto de Lei n.º 455/2023 concede incentivos fiscais para projetos que favoreçam a integração regional na América do Sul.</p> <p> Saiba mais</p>

ANEEL. Direito de Passagem	<p>O Projeto de Lei n.º 427/2023 altera as leis das Concessões (Lei n.º 8.987/1995) e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (Lei n.º 9.427/1996) para disciplinar o compartilhamento de infraestrutura de suporte e o direito de passagem por concessionárias de serviços públicos.</p> <p> Saiba mais</p>
Carros Elétricos. Postos	<p>O Projeto de Lei n.º 392/2023 dispõe sobre a obrigatoriedade de que postos de abastecimento tenham pontos de recarga de carros elétricos.</p> <p> Saiba mais</p>
Eólica e Solar. Alíquota Zero	<p>O Projeto de Lei n.º 387/2023 altera a Lei de incentivo à indústria de TV Digital (Lei n.º 11.484/2007) para acrescentar equipamentos utilizados para geração de energia eólica e solar ao rol de bens ou insumos com redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e das contribuições para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).</p> <p> Saiba mais</p>
Instituições Financeiras. Segurança	<p>O Projeto de Lei n.º 363/2023 institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras.</p> <p> Saiba mais</p>
Mineração. Terras Indígenas	<p>O Projeto de Lei n.º 344/2023 altera a Lei de Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/1998) para qualificar crimes de poluição e exploração mineral ilegal quando praticados em terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas.</p> <p> Saiba mais</p>
CLT. Ambiente de Trabalho	<p>O Projeto de Lei n.º 304/2023 altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei n.º 5.452/1943) e a Lei de Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/1998) para dispor sobre a proteção do meio ambiente do trabalho.</p> <p> Saiba mais</p>
Desaposentadoria	<p>O Projeto de Lei n.º 299/2023 modifica os Planos de Benefícios da Previdência Social (Lei n.º 8.213/1991) para possibilitar ao beneficiário o direito à “desaposentadoria”.</p> <p> Saiba mais</p>
Cannabis no SUS	<p>O Projeto de Lei n.º 89/2023 institui a Política Nacional de Fornecimento Gratuito de Medicamentos Formulados de Derivado Vegetal à Base de Canabidiol, em associação com outras substâncias canabinoides, incluindo o tetrahidrocanabinol, nas unidades de saúde públicas e privadas conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS).</p> <p> Saiba mais</p>
BNDES. Governos Estrangeiros	<p>O Projeto de Lei n.º 87/2023 dispõe sobre a proibição de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiar e conceder crédito a governos estrangeiros, com exceção de financiamento à exportação de bens e serviços produzidos no Brasil.</p> <p> Saiba mais</p>
Dados Pessoais. Sequestro	<p>O Projeto de Lei n.º 86/2023 altera o Código Penal (Decreto-Lei n.º 2.848/1940) para prever o crime de sequestro de dados pessoais.</p> <p> Saiba mais</p>

Áreas Rurais. Telecomunicações	<p>O Projeto de Lei n.º 426/2023 altera legislação de interesse para zerar taxas de fiscalização destinadas a (i) Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL); (ii) Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP); e (iii) Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE), relativas às estações rádio base e às repetidoras do Serviço Móvel Pessoal localizadas em áreas rurais.</p> <p> Saiba mais</p>
Cabotagem. Tripulantes	<p>O Projeto de Lei n.º 880/2023 regulamenta o trabalho de tripulantes brasileiros em embarcações ou armadoras estrangeiras de cabotagem a longo curso, com sede no Brasil, que explorem economicamente o mar territorial e a costa brasileira, de cabotagem a longo curso.</p> <p> Saiba mais</p>
Justiça do Trabalho. Previdência	<p>O Projeto de Lei n.º 853/2023 altera a Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social (Lei n.º 8.213/1991) para fixar a competência da Justiça do Trabalho para julgar ações regressivas.</p> <p> Saiba mais</p>
Trabalho Intermitente. Entregador	<p>O Projeto de Lei n.º 806/2023 dispõe sobre o enquadramento dos serviços de entregador e motorista de aplicativo como Contrato de Trabalho Intermitente.</p> <p> Saiba mais</p>
Terceirização	<p>O Projeto de Lei n.º 859/2023 dispõe sobre os contratos de terceirização por pessoas jurídicas de direito privado e as relações de trabalho deles decorrentes.</p> <p> Saiba mais</p>
Telecom. Direito de Uso	<p>O Projeto de Lei n.º 786/2023 altera as leis da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (Lei n.º 9.472/1997) e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST (Lei n.º 9.998/2000) para dispor sobre compromissos de investimentos decorrentes de autorizações para prestação de serviços de telecomunicações móveis e de adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações, bem como de prorrogações do direito de uso das radiofrequências necessárias.</p> <p> Saiba mais</p>



EXECUTIVO

O Poder Executivo, por intermédio de seus Órgãos e Agências, conduz consultas e audiências públicas em importantes e diferentes temas. Veja os detalhes das discussões atualmente em andamento:

Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”)

Consulta Pública 1/2023 – A ANAC realiza consulta pública para receber contribuições a propostas de emenda aos Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil (RBAC) que tratam de **(i)** certificação de operadores de transporte aéreo público (RBAC n.º 119); e **(ii)** definições, regras de redação e unidades de medida para uso nos normativos da ANAC (RBAC n.º 01).



Prazo de contribuição: 16/03/2023 |



Saiba mais

Consulta Setorial 4/2023 – A ANAC realiza consulta setorial para receber contribuições à proposta de portaria sobre condições gerais de transporte de animais aplicáveis ao transporte aéreo de passageiros, doméstico e internacional.



Prazo de contribuição: 17/04/2023 |



Saiba mais

Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”)

Consulta Pública 4/2023 – A ANATEL realiza consulta pública para obter contribuições à atualização dos requisitos voltados à avaliação da conformidade técnica de Transmissor de Radiodifusão Sonora em FM, objetivando aprimorar o procedimento de medição de emissão de espúrios.



Data da audiência: 16/03/2023 |



Saiba mais

Consulta Pública 7/2023 – A ANATEL realiza consulta pública para obter contribuições à atualização dos requisitos técnicos de transmissores e transceptores, a fim de unificar a legislação aplicável à avaliação da conformidade e a garantir a segurança do usuário e o uso racional do espectro radioelétrico.



Prazo de contribuição: 31/03/2023 |



Saiba mais

Consulta Pública 10/2023 – A ANATEL realiza consulta pública para obter contribuições à atualização dos requisitos técnicos de compatibilidade eletromagnética (EMC – *Electromagnetic Compatibility*, na sigla em inglês) para avaliação da conformidade de produtos.



Prazo de contribuição: 29/04/2023 |



Saiba mais

Tomada de Subsídios 4/2023 – A ANATEL realiza tomada de subsídios para subsidiar a elaboração dos produtos pela consultoria especializada contratada no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a ANATEL e a União Internacional de Telecomunicações (UIT), a fim de prestar suporte à implantação do Planejamento Tático da Anatel para o período de 2023 a 2024.



Prazo de contribuição: 13/03/2023 |



Saiba mais

Tomada de Subsídios 1/2023 – A ANATEL realiza tomada de subsídios para obter contribuições à reavaliação de mérito das regras afetas à exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) em regime público, não abarcadas em outros projetos de revisão regulamentar em curso.



Prazo de contribuição: 10/03/2023 |



Saiba mais

Tomada de Subsídios 15/2023 – A ANATEL realiza tomada de subsídios para obter contribuições à Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) de temas do Regulamento Geral de Numeração (RGN).



Prazo de contribuição: 27/03/2023 |



Saiba mais

Consulta Pública 11/2023 – A ANATEL realiza consulta pública para obter contribuições à proposta de ajustes relativos à coleta periódica de dados técnico-operacionais de satélites.



Prazo de contribuição: 17/03/2023 |



Saiba mais

Consulta Pública 12/2023 – A ANATEL realiza consulta pública para obter contribuições à proposta de alteração nos planos básicos de distribuição de canais de radiodifusão.



Prazo de contribuição: 12/03/2023 |



Saiba mais

Consulta Pública 13/2023 – A ANATEL realiza consulta pública para obter contribuições à minuta de ato com requisitos técnicos e operacionais de uso das faixas de frequências destinadas ao Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC).



Prazo de contribuição: 17/04/2023 |



Saiba mais

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (“ANP”)

Consulta Prévia 1/2023 – A ANP realiza consulta prévia para obter contribuições à regulamentação do acesso negociado e não discriminatório de terceiros interessados a gasodutos de escoamento de produção, instalações de tratamento ou processamento de gás natural e terminais de gás natural liquefeito (GNL).



Prazo de contribuição: 31/03/2023 |



Saiba mais

Consulta Pública 1/2023 – A ANP realiza consulta pública para obter contribuições à minuta de resolução que disciplina autorizações de acondicionamento e operações logísticas para movimentação de gás natural liquefeito (GNL) a granel por modais alternativos ao dutoviário.



Prazo de contribuição: 13/03/2023 |



Saiba mais

Audiência Pública 1/2023 – A ANP realiza audiência pública para obter contribuições à minuta de resolução que disciplina autorizações de acondicionamento e operações logísticas para movimentação de gás natural liquefeito (GNL) a granel por modais alternativos ao dutoviário.



Data da audiência: 26/04/2023 |



Saiba mais

Consulta Prévia 2/2023 – A ANP realiza consulta prévia para obter contribuições ao Relatório Preliminar de Análise de Impacto Regulatório (AIR) acerca dos teores de hidrocarbonetos no gás natural.



Prazo de contribuição: 30/03/2023 |



Saiba mais

Consulta Pública 3/2023 – A ANP realiza consulta pública para obter contribuições ao problema regulatório das condições mínimas de segurança operacional de instalações produtoras de biocombustíveis.



Prazo de contribuição: 20/03/2023 |



Saiba mais

Consulta Pública 4/2023 – A ANP realiza consulta pública para obter subsídios à minuta de resolução de procedimentos licitatórios para outorga das atividades de exploração, reabilitação e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão e partilha de produção.



Prazo de contribuição: 17/04/2023 |



Saiba mais

Audiência Pública 4/2023 – A ANP realiza audiência pública para obter subsídios à minuta de resolução de procedimentos licitatórios para outorga das atividades de exploração, reabilitação e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão e partilha de produção.



Data da audiência: 25/04/2023 |



Saiba mais

Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”)

Consulta Pública 107/2023 – A ANS realiza consulta pública para receber contribuições à revisão da lista de coberturas dos planos de saúde.



Prazo de contribuição: 21/03/2023 |



Saiba mais

Audiência Pública 4/2023 – A ANS realiza audiência pública para colher contribuições à recomendação preliminar de não incorporação de tecnologias de tratamento de câncer.



Data da audiência: 10/03/2023 |



Saiba mais

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”)

Chamamento Público 19/2023 – A ANVISA realiza chamamento público para obter contribuições ao requerimento de informações de registro e situação regulatória mundial de similares sem medicamento de referência, inclusive similares

únicos de mercado e medicamentos de referência em avaliação que foram retirados da lista de medicamentos de referência.



Prazo de contribuição: 08/05/2023 |



Saiba mais

Consulta Dirigida 1/2023 – A ANVISA realiza consulta dirigida para identificar quem utiliza o Parecer Público de Avaliação de Medicamentos (PPAM), de que forma é utilizado e colher informações e subsídios para seu aprimoramento.



Prazo de contribuição: 17/03/2023 |



Saiba mais

Termo de Abertura de Processo (TAP) 8/2023 – A ANVISA informa abertura de processo regulatório para alterar a resolução de diretoria colegiada que dispõe sobre classificação de risco, regimes de notificação e de registro, e requisitos de rotulagem e instruções de uso de dispositivos médicos (RDC n.º 751/2022).



Prazo de contribuição: sem data. |



Saiba mais

Termo de Abertura de Processo (TAP) 7/2023 – A ANVISA informa abertura de processo regulatório para alterar resolução de diretoria colegiada e dispor sobre medidas a serem adotadas em aeroportos e aeronaves, em virtude do encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (RDC n.º 456/2020).



Prazo de contribuição: sem data. |



Saiba mais

Termo de Abertura de Processo (TAP) 6/2023 – A ANVISA informa abertura de processo regulatório para atualizar o compêndio da Farmacopeia Brasileira, incluindo, revisando ou excluindo textos farmacopeicos.



Prazo de contribuição: 21/04/2023 |



Saiba mais

Termo de Abertura de Processo (TAP) 5/2023 – A ANVISA informa abertura de processo regulatório para estabelecer requisitos de Boas Práticas para o fracionamento e distribuição de insumos farmacêuticos.



Prazo de contribuição: sem data |



Saiba mais

Termo de Abertura de Processo (TAP) 4/2023 – A ANVISA informa abertura de processo regulatório para atualizar em 2023 as listas das Denominações Comuns Brasileiras (DCB) aprovada pela RDC n.º 469/2021 e respectivas atualizações.

 Prazo de contribuição: sem data |  Saiba mais

Termo de Abertura de Processo (TAP) 3/2023 – A ANVISA informa abertura de processo regulatório para corrigir e melhorar resolução de diretoria colegiada revogada que dispunha sobre condições para registro de produtos saneantes com ação antimicrobiana (RDC n.º 693/2022).


 Prazo de contribuição: sem data |  Saiba mais

Termo de Abertura de Processo (TAP) 2/2023 – A ANVISA informa abertura de processo regulatório para alterar a resolução de diretoria colegiada que dispõe sobre a obrigatoriedade de descrever a composição em português na rotulagem de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes (RDC n.º 646/2022).

 Prazo de contribuição: sem data |  Saiba mais



Ministério das Comunicações (“MCom”)

Consulta Pública | Dados Abertos – O MCom realiza consulta pública para permitir aos cidadãos votarem em dez bases de maior interesse, contidas no MCom, de modo que o processo de abertura de dados possa considerar demandas sociais entre os critérios de priorização, no âmbito do Plano de Dados Abertos do Ministério.

 Prazo de contribuição: 10/03/2023 |  Saiba mais

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”)

Consulta Pública | Reparação por Danos Ambientais – O IBAMA realiza consulta pública para receber contribuições à proposta de Instrução Normativa de procedimentos de reparação por danos ambientais em processos administrativos no âmbito do Instituto, em decorrência de infrações, sanções administrativas ao meio ambiente, descumprimento de licenças e autorizações ambientais.

 Prazo de contribuição: 06/04/2023 |  Saiba mais

Veja abaixo quadro com os prazos das principais discussões que se encer-
ram entre março e junho de 2023:

CONSULTA/ AUDIÊNCIA PÚBLICA	ASSUNTO	PRAZO PARA CONTRIBUIÇÃO
ANAC ¹		
Consulta Pública 01/2023	Receber contribuições a propostas de emenda aos Regu- lamentos Brasileiros da Aviação Civil (RBAC) que tratam de (i) certificação de operadores de transporte aéreo pú- blico (RBAC n.º 119); e (ii) definições, regras de redação e unidades de medida para uso nos normativos da ANAC (RBAC n.º 01).	16 de março de 2023
Consulta Setorial 04/2023	Receber contribuições à proposta de portaria sobre condi- ções gerais de transporte de animais aplicáveis ao trans- porte aéreo de passageiros, doméstico e internacional.	17 de abril de 2023
ANATEL ²		
Consulta Pública 81/2022	(i) Atualizar requisitos técnicos de avaliação da conformi- dade de protocolo em produtos para telecomunicações; e (ii) transcrever requisitos constantes na Lista de Requi- sitos Técnicos disponível na página <i>online</i> da Agência em atendimento ao Regulamento de Avaliação da Conformi- dade e de Homologação de Produtos para Telecomunica- ções (Resolução n.º 715/2019).	09 de março de 2023
Tomada de Subsídio 1/2023	Obter contribuições à reavaliação de mérito das regras afetas à exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) em regime público, não abarcadas em outros pro- jetos de revisão regulamentar em curso.	10 de março de 2023
Consulta Pública 12/2023	Obter contribuições à proposta de alteração nos planos básicos de distribuição de canais de radiodifusão.	12 de março de 2023
Tomada de Subsídio 4/2023	Subsidiar a elaboração dos produtos pela consultoria es- pecializada contratada no âmbito do Acordo de Coopera- ção Técnica firmado entre a Anatel e a União Internacio- nal de Telecomunicações (UIT), a fim de prestar suporte à implantação do Planejamento Tático da Anatel para o período de 2023 a 2024.	13 de março de 2023

¹ Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC").

² Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL").

Consulta Pública 11/2023	Obter contribuições à proposta de ajustes relativos à coleta periódica de dados técnico-operacionais de satélites.	17 de março de 2023
Consulta Pública 72/2022	Receber contribuições à definição de procedimentos de ensaios para avaliação da densidade de potência em produtos para telecomunicações.	19 de março de 2023
Tomada de Subsídio 15/2023	Obter contribuições à Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) de temas do Regulamento Geral de Numeração (RGN).	27 de março de 2023
Consulta Pública 4/2022	Obter contribuições à atualização dos requisitos voltados à avaliação da conformidade técnica de Transmissor de Radiodifusão Sonora em FM, objetivando aprimorar o procedimento de medição de emissão de espúrios.	31 de março de 2023
Consulta Pública 7/2022	Obter contribuições à atualização dos requisitos técnicos de transmissores e transceptores, a fim de unificar a legislação aplicável e garantir a segurança do usuário e o uso racional do espectro radioelétrico.	31 de março de 2023
Consulta Pública 13/2023	Obter contribuições à minuta de ato com requisitos técnicos e operacionais de uso das faixas de frequências destinadas ao Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC).	17 de abril de 2023
Consulta Pública 10/2022	Obter contribuições à atualização dos requisitos técnicos de compatibilidade eletromagnética (EMC – <i>Electromagnetic Compatibility</i> , na sigla em inglês) para avaliação da conformidade de produto.	29 de abril de 2023
ANCINE³		
Consulta Pública (agenda regulatória)	Receber contribuições à proposta de agenda regulatória da Agência para o biênio 2023/2024.	08 de março de 2023
ANP⁴		
Consulta Pública 1/2023	Obter contribuições à minuta de resolução que disciplina autorizações de acondicionamento e operações logísticas para movimentação de gás natural liquefeito (GNL) a granel por modais alternativos ao dutoviário.	13 de março de 2023
Audiência Pública 28/2022	Obter subsídios e informações adicionais sobre minuta de resolução que (i) trata do regime de segurança operacional para as instalações de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural e (ii) aprova o regulamento técnico do sistema de gestão da segurança operacional (SGSO).	14 de março de 2023

³ Agência Nacional do Cinema ("ANCINE").

⁴ Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível ("ANP").

Consulta Pública 3/2023	Obter contribuições ao problema regulatório das condições mínimas de segurança operacional de instalações produtoras de biocombustíveis.	20 de março de 2023
Consulta Prévia 2/2023	Obter contribuições ao Relatório Preliminar de Análise de Impacto Regulatório (AIR) acerca dos teores de hidrocarbonetos no gás natural.	30 de março 2023
Consulta Prévia 1/2023	Obter contribuições à regulamentação do acesso negociado e não discriminatório de terceiros interessados a gasodutos de escoamento da produção, instalações de tratamento ou processamento de gás natural e terminais de gás natural liquefeito (GNL).	31 de março 2023
Consulta Pública 04/2023	Obter subsídios à minuta de resolução de procedimentos licitatórios para outorga das atividades de exploração, reabilitação e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão e partilha de produção.	17 de abril de 2023
Audiência Pública 04/2023	Obter subsídios à minuta de resolução de procedimentos licitatórios para outorga das atividades de exploração, reabilitação e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão e partilha de produção.	25 de abril de 2023
Audiência Pública 01/2023	Obter contribuições à minuta de resolução que disciplina autorizações de acondicionamento e operações logísticas para movimentação de gás natural liquefeito (GNL) a granel por modais alternativos ao dutoviário.	26 de abril de 2023
Consulta Pública 24/2022	Obter contribuições à proposta de revisão da resolução que estabelece critérios para fixação do Preço de Referência do Petróleo, adotado no cálculo das participações governamentais (Resolução ANP n.º 874/2022).	09 de maio de 2023
Audiência Pública 24/2022	Obter contribuições à proposta de revisão da resolução que estabelece critérios para fixação do Preço de Referência do Petróleo, adotado no cálculo das participações governamentais (Resolução ANP n.º 874/2022).	09 de junho de 2023
ANS⁵		
Audiência Pública 28/2023	Colher contribuições à recomendação preliminar de não incorporação de tecnologias de tratamento de câncer.	10 de março de 2023
Consulta Pública 107/2023	Receber contribuições à revisão da lista de coberturas dos planos de saúde.	21 de março de 2023

⁵ Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS").

ANTT ⁶		
Audiência Pública 02/2023	Colher sugestões à proposta de revisão e atualização da resolução que estabelece normas para o Vale-Pedágio obrigatório e institui (i) procedimentos de habilitação de empresas fornecedoras em âmbito nacional, (ii) aprovação de modelos e sistemas operacionais e (iii) infrações e suas respectivas penalidades (Resolução n.º 2.885/2008).	12 de março de 2023
Audiência Pública 01/2023	Colher sugestões à proposta de regulamentação de aplicação de sanções e adoção de medidas administrativas decorrentes do descumprimento dos preceitos referentes aos serviços regulares de Transporte Rodoviário Coletivo Interestadual de Passageiros (TRIP), operados sob o regime de autorização.	16 de março de 2023
ANVISA ⁷		
Abertura de Processo 08/2023	Alterar a resolução de diretoria colegiada que dispõe sobre classificação de risco, regimes de notificação e de registro, e requisitos de rotulagem e instruções de uso de dispositivos médicos (RDC n.º 751/2022).	<i>sem data</i>
Abertura de Processo 07/2023	Alterar resolução de diretoria colegiada e dispor sobre medidas a serem adotadas em aeroportos e aeronaves, em virtude do encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (RDC n.º 456/2020).	<i>sem data</i>
Abertura de Processo 05/2023	Estabelecer requisitos de Boas Práticas para o fracionamento e distribuição de insumos farmacêuticos.	<i>sem data</i>
Abertura de Processo 04/2023	Atualizar em 2023 as listas das Denominações Comuns Brasileiras (DCB) aprovada pela RDC n.º 469/2021 e respectivas atualizações.	<i>sem data</i>
Abertura de Processo 03/2023	Corrigir e melhorar resolução de diretoria colegiada revogada que dispunha sobre condições para registro de produtos saneantes com ação antimicrobiana (RDC n.º 693/2022).	<i>sem data</i>
Abertura de Processo 02/2023	Alterar a resolução de diretoria colegiada que dispõe sobre a obrigatoriedade de descrever a composição em português na rotulagem de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes (RDC n.º 646/2022).	<i>sem data</i>

⁶ Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT").

⁷ Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA").

Chamamento Público 18/2022	Recolher contribuições ao guia que trata do protocolo clínico estruturado harmonizado eletrônico, do <i>The International Council for Harmonisation of Technical Requirements for Pharmaceuticals for Human Use</i> (ICH), (ICH M11 – <i>Guideline on Clinical electronic Structured Harmonised Protocol</i> – CeSHarP).	06 de março de 2023
Consulta Pública 1.134/2022	Debater alterações em resoluções da diretoria colegiada (RDC) a fim de atualizar o marco regulatório de materiais metálicos em contato com alimentos (RDC n.º 20/2007 e n.º 498/2021).	06 de março de 2023
Consulta Pública 1.135/2022	Debater definição das autoridades reguladoras estrangeiras equivalentes do processo de inspeção sanitária de (i) fabricantes de insumos farmacêuticos ativos, (ii) produtos de Cannabis para fins medicinais, (iii) medicamentos e produtos biológicos; além de otimizar o processo de análise de Certificação de Boas Práticas de Fabricação (BPF).	06 de março de 2023
Consulta Pública 1.136/2022	Debater proposta de resolução da diretoria colegiada (RDC) para definir as diretrizes gerais do piloto de implementação do procedimento otimizado de análise, baseado em critérios de risco, para confirmação da adequação aos requisitos sanitários da documentação submetida à Agência em petições de registro e de mudanças pós-registro de medicamentos.	06 de março de 2023
Consulta Pública 1.137/2022	Debater proposta de resolução da diretoria colegiada (RDC) para alterar a resolução que estabelece regras para elaboração, harmonização, atualização, publicação e disponibilização de bulas de medicamentos para pacientes e profissionais de saúde (RDC n.º 47/2009).	06 de março de 2023
Consulta Dirigida 01/2023	Identificar quem utiliza o Parecer Público de Avaliação de Medicamentos (PPAM), de que forma é utilizado e colher informações e subsídios para seu aprimoramento.	17 de março de 2023
Consulta Pública 1.139/2022	Obter contribuições à atualização das monografias dos ingredientes ativos de saneantes.	18 de março de 2023
Abertura de Processo 06/2023	Atualizar o compêndio da Farmacopeia Brasileira, incluindo, revisando ou excluindo textos farmacopeicos.	21 de abril de 2023
Chamamento Público 19/2023	Obter contribuições ao requerimento de informações de registro e situação regulatória mundial de similares sem medicamento de referência, inclusive similares únicos de mercado e medicamentos de referência em avaliação, que foram retirados da lista de medicamentos de referência.	08 de maio de 2023

IBAMA ⁸		
Consulta Pública (reparação por danos ambientais)	Receber contribuições à proposta de Instrução Normativa de procedimentos de reparação por danos ambientais em processos administrativos no âmbito do Instituto, em decorrência de infrações, sanções administrativas ao meio ambiente, descumprimento de licenças e autorizações ambientais.	06 de abril de 2023
MCom ⁹		
Consulta Pública (dados abertos)	Permitir aos cidadãos votarem nas dez bases de maior interesse, contidos no MCom, de modo que o processo de abertura de dados possa considerar demandas sociais entre os critérios de priorização, no âmbito do Plano de Dados Abertos do Ministério.	10 de março de 2023
MME ¹⁰		
Consulta Pública 145/2022	Receber contribuições a (i) prestação de serviços ancilares no Sistema Interligado Nacional (SIN); e (ii) diretrizes a serem observadas nas iniciativas setoriais em curso sobre o tema.	08 de março de 2023
Consulta Pública 146/2022	Coletar contribuições às propostas metodológicas para o tema “Separação Lastro e Energia”.	14 de março de 2023

⁸ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”).

⁹ Ministério das Comunicações (“MCom”).

¹⁰ Ministério de Minas e Energia (“MME”).

Este boletim apresenta um resumo de alterações legislativas ou decisões judiciais e administrativas no Brasil. Destina-se aos clientes e integrantes do Cescon, Barrieu, Fleisch & Barreto Advogados. Este boletim não tem por objetivo prover aconselhamento legal sobre as matérias aqui tratadas e não deve ser interpretado como tal.

Para informações, entrar em contato com:

Luciano Inácio de Souza

D +55 61 3030 1952

luciano.souza@cesconbarrieu.com.br

Natalie Lima

D +55 61 98102-8007

natalie.lima@cesconbarrieu.com.br

CESCON, BARRIEU, FLESCH & BARRETO ADVOGADOS

SÃO PAULO | RIO DE JANEIRO | BELO HORIZONTE | BRASÍLIA | SALVADOR | TORONTO

www.cesconbarrieu.com.br

**CESCON
BARRIEU**